

Dívida pública fica sob controle

16 MAI 1979

O GLOBO

BRASILIA (O GLOBO) — O governo não pretende aumentar a dívida pública em títulos. O banco Central emitirá Letras do Tesouro Nacional e Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional apenas para substituir os papéis que forem sendo resgastados. A informação é do diretor de política monetária do BC, João Ary.

Segundo explicação de João Ary, esse processo não terá influência sobre a inflação porque o governo não estará captando dinheiro novo no mercado. Simplesmente, os títulos têm prazos. A medida que vão vencendo, são resgastados e o governo emite outros, de valor equivalente. Disse ainda que, semana a semana, as contas podem não ser exatas mas, mês a mês, serão equivalentes.

João Ary explicou que o mercado financeiro não é causa da inflação. Segundo ele, o mercado financeiro brasileiro é muito novo e foi opção das autoridades monetárias. Se a opção fosse no sentido de se manter um nível residual de títulos e recursos no mercado, seriam criados complicadores, como a obrigatoriedade de títulos nominativos. Mas, como no caso brasileiro, optou-se por um mercado amplo, a exemplo dos grandes mercados financeiros internacionais, os títulos são

ao portador. Para João Ary, é preciso se habilitar às dimensões do atual mercado financeiro. Disse ele que, no lançamento, títulos geram uma pitada de inflação. Depois, o giro dos títulos no mercado não agregam inflação, mesmo que haja velocidade de giro no mercado.

PERFIL

Quanto a existir preocupação com a dívida interna, João Ary desmentiu. Segundo ele, a dívida interna vai muito bem. E não preocupa as autoridades monetárias. Segundo ele, essa dívida anda em torno de 10 por cento do Produto Nacional Bruto. Ponderou que não gosta de fazer comparativos com os Estados Unidos, mas, para dar um ponto de referência, disse que a dívida americana anda em torno do 40 por cento do Produto Nacional Bruto americano.

Disse ele que o prazo de vencimento da dívida ideal seria o eterno. Mas isso não funciona. As pessoas — prosseguiu — gostam de ver o prazo final. O importante é a habilidade ou a capacidade que o governo tem para dar giro da dívida.

Segundo João Ary, em princípio, ninguém emite dívida em quantidade maciça para resgatar. Porque, se isso ocor-

rer, haverá injeção muito grande de recursos. A administração da dívida, para João Ary, consiste em adaptar os prazos e procurar "girar" a dívida.

MERCADO

Quanto aos prazos de vencimentos dos títulos, João Ary disse que é um problema de mercado. "Na medida que se coloca títulos longos, retira-se a possibilidade do giro, retira-se recursos mais estáveis. E quem foi que disse que tem gente disposta a comprar papéis com prazos mais longos"? Perguntou João Ary.

Segundo ele é preciso vender mercadorias que o público queira comprar. "Posso esticar um pouco para um lado ou para outro, mas não posso fugir da realidade do mercado".

FUNÇÃO SOCIAL

Segundo João Ary, a função social da dívida é garantir as obras do Governo que vão beneficiar mais de uma geração. Se não houvesse dívida — explicou — esses investimentos seriam pagos pela atual geração. Nós — disse João Ary — vivemos na era do crédito. A outra face da dívida é o crédito. E se dilui, através de gerações, como uma prestação.